

CATARINA ALEXANDRA ALEGRIA DE SOUSA

**A VIOLÊNCIA BIDIRECIONAL EM RELAÇÕES DE
INTIMIDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

Orientadora: Professora Andreia Machado

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2021

CATARINA ALEXANDRA ALEGRIA DE SOUSA

**A VIOLÊNCIA BIDIRECIONAL EM RELAÇÕES DE
INTIMIDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Forense no Curso de Mestrado em Psicologia Forense, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 24 de novembro de 2021 perante o júri nomeado pelo seguinte Despacho Reitoral nº 306/2021, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.^a Doutora Ana Rita Cruz

Arguente: Prof. Doutor Nélcio Brazão

Orientadora: Prof.^a. Doutora Andreia Machado

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2021

Dedicatória

A ti avô, que mesmo não estando presente fisicamente, me ensinaste que as dores que mais me magoam são as que mais me fortalecem. Sei que estás orgulhoso de mim e do que conquistei na tua, já tão longa, ausência. E a ti avó, que recentemente te juntaste ao avô no céu, e terminaste de ver este percurso já do outro lado do caminho, obrigada por toda a preocupação que sempre tiveste comigo. Amo-vos e dedico-vos todo o meu esforço, foram e serão sempre (e para sempre) a minha força e fonte de motivação.

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora Professora Andreia Machado, por toda a disponibilidade e apoio durante o último ano. Por exigir mais e melhor de mim e acreditar nas minhas capacidades.

Agradeço à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e ao seu corpo docente por todo o conhecimento transmitido.

Aos meus pais, Sara e Almor, o mais sincero obrigada de todos, pois sem vocês esta conquista não seria possível. Obrigada pelo orgulho que têm em mim e por apoiarem incondicionalmente os meus sonhos fazendo com que os realize. Obrigada por me darem asas para voar, mas por me deixarem a certeza de que estarão sempre por perto. São o grande pilar da minha vida.

Ao meu amor Bernardo, pelas horas passadas a conversar sobre sonhos futuros, pelos conselhos que me deste, pela paciência que tiveste nos momentos de maior ansiedade, pela motivação diária, pelo suporte nos momentos em que não pude estar presente, e acima de tudo, por acreditares em mim quando eu própria não acreditei, pelos abraços nas horas mais árduas e pelo amor durante todo o percurso ... sem ti seria muito mais difícil.

Natacha, minha amiga de sempre, obrigada do fundo do coração por me acompanhares em todas as fases da minha vida e por celebrares as minhas conquistas como se fosses tuas.

Um obrigada especial à Vanessa, minha amiga e companheira desta etapa, por toda a ajuda, disponibilidade e motivação nos momentos difíceis que tão bem compreendias. O estar longe juntou-nos, e juntas terminámos este percurso!

A todos os familiares e amigos que estiveram presentes durante esta etapa tão importante na minha vida, obrigada por tudo.

Resumo

A violência em relações de intimidade é um problema de saúde pública com consequências significativas a diversos níveis. A literatura ao longo dos anos tem vindo a atestar que a maioria da violência não é unidirecional, e perpetrada pelo homem contra a mulher, mas sim bidirecional, em que os elementos da relação podem ser vítimas, perpetradores ou ambos. Nesta revisão sistemática da literatura, objetivamos sistematizar o conhecimento empírico de modo a aferir a prevalência da violência bidirecional, os tipos de violência mais reportados e a influência do sexo e da orientação sexual neste fenómeno. A pesquisa foi elaborada em quatro bases de dados, tendo sido incluídos estudos que apresentassem a prevalência de violência bidirecional em amostras com idade superior a 18 anos; em que os artigos estivessem escritos em português ou inglês e publicados entre o ano de 2012 a 2020. Na síntese qualitativa foram incluídos 38 estudos empíricos. Os resultados obtidos demonstraram que a violência bidirecional é o padrão de violência mais comum, sendo a violência psicológica o tipo de violência bidirecional mais reportada; homens e mulheres reportaram violência bidirecional em percentagens semelhantes; e casais homossexuais reportaram percentagens mais elevadas de violência bidirecional. Estes resultados contrariam a perspetiva patriarcalista da violência que atribui a exclusividade de papéis à mulher enquanto vítima e ao homem enquanto agressor, demonstrando-nos que a violência ocorre independentemente do sexo ou da orientação sexual. As implicações práticas e direções futuras ao nível das políticas públicas de forma a dar visibilidade ao fenómeno serão devidamente apresentadas.

Palavras-chave: papel de perpetrador-vítima, prevalência, revisão sistemática, violência bidirecional, violência nas relações de intimidade

Abstract

Intimate partner violence is a public health problem with significant consequences at various levels. The literature over the years has attested that most violence is not unidirectional, and perpetrated by the man against the woman, but rather bidirectional, where the elements of the relationship can be victims, perpetrators, or both. In this systematic literature review, we aimed to systematize the empirical knowledge to assess the prevalence of bidirectional violence, the most reported types of violence, and the influence of gender and sexual orientation on this phenomenon. The search was elaborated in four databases, and studies were included that presented the prevalence of bidirectional violence in samples over the age of 18; where the articles were written in Portuguese or English and published between the year 2012 to 2020. In the qualitative synthesis, 38 empirical studies were included. Results showed that bidirectional violence is the most common pattern of violence, with psychological violence being the most commonly reported type of bidirectional violence; men and women reported bidirectional violence in similar percentages; and homosexual couples reported higher percentages of bidirectional violence. These results contradict the patriarchalist view of violence that assigns exclusive roles to women as victims and men as aggressors, showing us that violence occurs regardless of gender or sexual orientation. The practical implications and future directions at the public policy level to give visibility to the phenomenon will be duly presented.

Keywords: bidirectional violence, intimate partner violence, perpetrator-victim role, prevalence, systematic review

Abreviaturas

CTS – The Conflict Tactics Scale

CTS2 – The Revised Conflict Tactics Scale

NISVC – National Intimate Partner Violence and Sexual Survey

PRISMA-P – Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis Protocols

QATSDD – Quality Assessment Tool for Study's with Diverse Design

RS – Revisão Sistemática

VD – Violência Doméstica

VRI – Violência em relações de intimidade

Índice

Introdução	11
Conceptualização e enquadramento legal da Violência Doméstica (VD)	11
Violência nas relações de intimidade (VRI) e a sua evolução social	11
Modelo patriarcal e tipologias explicativas da violência	12
Violência bidirecional entre parceiros íntimos	13
Método	15
Objetivo da presente Revisão Sistemática	15
Estratégia de pesquisa	16
Critérios de inclusão e exclusão	16
Estratégia de análise de dados	16
Seleção dos estudos	17
Extração dos dados	18
Avaliação da qualidade dos estudos	18
Resultados	24
Participantes	24
Características metodológicas	24
Risco de viés entre grupos	25
Resultados dos estudos individuais	25
Prevalência da violência bidirecional na amostra	25
Prevalência de violência bidirecional nos diferentes continentes	25
A violência bidirecional segundo os diferentes tipos de amostra	26
A violência bidirecional segundo os diferentes tipos de violência	26
Prevalência de violência bidirecional em casais	26
Prevalência da violência bidirecional segundo o sexo	27
Prevalência de violência bidirecional segundo a orientação sexual	27

Discussão	30
Limitações	34
Implicações práticas	35
Estudos futuros	36
Conclusão	37
Referências bibliográficas	38
Apêndice	I

Índice de figuras e tabelas

Figura 1 – Diagrama de fluxo	18
Tabela 1 – Características dos estudos	20
Tabela 2 – Resultados das prevalências de violência bidirecional	28
Tabela 3 – Avaliação da qualidade dos estudos	I

Introdução

Conceptualização e enquadramento legal da Violência Doméstica (VD)

A VD é um problema de saúde pública, de enorme complexidade, que se assume como uma grave violação dos direitos e liberdades dos cidadãos (Laskey et al., 2019; World Health Organization [WHO], 2021). Desde a década de 1970, que o interesse pela temática tem aumentado exponencialmente, por parte da sociedade em geral, e da comunidade científica em particular, por se tratar de um crime que não escolhe idades, géneros, orientações sexuais, culturas, religiões, etnias ou estatutos socioeconómicos (Ridings et al., 2018).

Apesar do fenómeno da VD ser transversal a todas as sociedades do mundo, não existe uma definição unânime, pois esta varia consoante a legislação em vigor em cada país. Em Portugal, o crime de VD é um crime público desde 2000, e encontra-se tipificado no artigo 152º do Código Penal, que cita que *“quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações de liberdade e ofensas sexuais ao cônjuge ou ex-cônjuge; a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; a progenitor de descendente comum em 1º grau; a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite”*, incorre num crime de VD podendo ser punido com *“pena de prisão de um a cinco anos”* (CP, 2017, p. 93).

A violência exercida pode ser física - qualquer dano físico -, psicológica e emocional - gritar, degradar verbalmente, restringir a liberdade ou acesso a recursos -, sexual - contato sexual indesejado, coerção sexual, violação -, social - impedir relações interpessoais, controlar chamadas telefónicas -, ou financeira - controlar o ordenado, ameaçar retirar o apoio financeiro -, e em qualquer destas tipologias o objetivo do/a agressor/a centra-se em controlar e ter poder sobre a vida da vítima (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2012; Daigle, 2018). O crime de VD acarreta graves consequências e impacta as áreas sociais e pessoais, tanto das vítimas como dos/as agressores/as (Machado et al., 2016a; Ulloa & Hammett, 2014).

Violência nas relações de intimidade (VRI) e a sua evolução social

Apesar da definição de VD ser a apresentada anteriormente, neste estudo será adotada a definição de VRI, pois o foco será a violência no âmbito de relações de intimidade ao invés da violência no seio familiar. Sendo assim, a VRI consiste num padrão de comportamentos abusivos e coercivos, provocando dano intencional, usados contra um parceiro/a atual ou ex-

parceiro/a que ocorre ao longo do tempo e varia de frequência e intensidade (Daigle, 2018; Laskey et al., 2019; Machado et al. 2016a, 2016b; Smith et al., 2018; WHO, 2021).

Historicamente, e devido aos movimentos feministas que foram predominantes no estudo deste fenómeno, a VRI era caracterizada pela violência física perpetrada pelos homens contra as mulheres (Casimiro, 2008; Daigle, 2018). Em oposição, a perspetiva defendida pelos sociólogos da família caracterizava a violência como resultado da dinâmica conjugal e/ou familiar, postulando que tanto homens como mulheres podiam exercer violência (Casimiro, 2008).

Em Portugal, e de forma a acompanhar as diretrizes europeias no que diz respeito às políticas públicas de combate à VD (e.g., Convenção de Istambul; Resolução da Assembleia da República n.º 4/2013), têm sido criados planos de combate ao fenómeno. Todavia, e apesar de a lei da VD ser neutra no que alude ao género, só no V Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013), é que surgiu a linguagem inclusiva de forma a retirar o rótulo de perpetrador exclusivamente associado ao homem, demonstrando que apesar dos esforços que têm sido realizados nas últimas décadas, ainda existe muito trabalho que se afigura necessário nesta área (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género [CIG], 2015; Machado et al., 2019).

Modelo patriarcal e tipologias explicativas da violência

Hodiernamente, a VRI ainda é observada sob uma visão patriarcalista e unidirecional em que os homens controlam e exercem poder sobre as mulheres (Bates, 2016; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Laskey et al., 2019; Lewis et al., 2015; Machado & Matos, 2014; Mennicke & Wilke, 2015). Porém, e como consequência da evolução social, têm surgido várias tipologias de violência que demonstram que existem outros padrões de violência (Bates, 2016). Por exemplo, em 1995, Johnson criou uma tipologia de VRI que incluía 4 formas de violência: o *terrorismo íntimo*, pautado pela violência exercida somente por um elemento do casal, maioritariamente associada ao homem, em que a violência é grave e contínua no tempo, com tendência a escalar; a *resistência violenta*, em que um dos elementos do casal é controlador e o outro é violento como forma de defesa face à violência sofrida – esta tipologia é na maioria das vezes atribuída às mulheres, surgindo como um ato de autodefesa ou retaliação; a *violência conjugal situacional*, pautada pelo baixo controlo coercivo em que violência é de baixo nível, resultante de um conjunto de tensões conjugais onde a intensidade não escala, ocorrendo de uma forma esporádica, sem sequelas físicas graves; e, o *controlo mútuo*, que se baseia numa

relação de intimidade destrutiva em que ambos os parceiros têm comportamentos agressivos e de controlo (Bates, 2016; Casimiro, 2008; Johnson, 1995, 2006; Ridings et al., 2018).

Aquando da classificação desta tipologia, só o terrorismo íntimo é que era assente numa perspetiva patriarcal e unidirecional - as restantes tipologias assentavam numa perspetiva de violência bidirecional (Bates, 2016). Porém, atualmente existem estudos que revelam que os homens também são vítimas de terrorismo íntimo, alterando assim a visão social de que a violência na intimidade é apenas uma questão de género (Bates, 2020; Casimiro, 2008; Hines & Douglas, 2010, 2018, 2019). Consequentemente, esta perceção social predominante da VRI tem vindo a demonstrar-se redutora (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Ridings et al., 2018). Neste sentido, têm sido desenvolvidos vários estudos que revelam que apesar do crime de VRI ser maioritariamente cometido por homens, à semelhança da generalidade dos crimes, isto não significa que os papéis não se alterem e que tanto homens como mulheres possam cometer VRI, independentemente de estarem envolvidos em relacionamentos com parceiros do mesmo sexo ou de sexos opostos (Laskey et al., 2019; Machado et al., 2016a, 2019).

A controvérsia surge quando, por estar enraizada a perspetiva patriarcal, as políticas e práticas de intervenção de apoio à vítima ainda se mostram muito centradas em mulheres heterossexuais (Laskey et al., 2019; Machado et al., 2016b). Consequentemente, tanto os homens heterossexuais como as vítimas LGBTQIA+ apresentam-se relutantes em denunciar a violência sofrida e procuram menos ajuda dos serviços de apoio a vítimas, comparativamente às mulheres heterossexuais, não só por na maioria das vezes já terem tido experiências de denúncia mal sucedidas, mas também devido à discriminação, descredibilização, autoculpabilização e ostracização de que são alvo por parte da sociedade (APAV, 2012; Laskey et al., 2019; Machado & Matos, 2014).

Violência bidirecional entre parceiros íntimos

Apesar do longo debate sobre a unilateralidade da VRI, hoje sabe-se que tanto os homens como as mulheres podem ser vítimas e/ou perpetradores de violência (Machado et al., 2019). Esta noção relaciona-se com a violência bidirecional, que diz respeito à coocorrência de violência entre os parceiros íntimos, podendo estes assumir o papel de perpetradores, vítimas ou ambos, ocorrendo quando ambos os elementos iniciam e experienciam violência na relação (Palmetto et al., 2013; Ridings et al., 2018).

Sabe-se que a violência bidirecional, comparativamente à unidirecional, pode culminar em consequências psíquicas e físicas mais graves (Palmetto et al., 2013). No que diz respeito

às condições psíquicas, sabe-se que pessoas envolvidas em violência bidirecional apresentam um maior risco de desenvolver problemas psiquiátricos como depressão, perturbação de *stress* pós-traumático (PSPT) e de se envolverem em consumo de substâncias (Hellmuth et al., 2014; Jennigs et al., 2012; Ulloa & Hammett, 2014). No que concerne às lesões físicas, pessoas envolvidas em violência bidirecional adquirem lesões mais graves pois, não só existem dois agressores e duas vítimas, como a violência pode surgir como resultado de retaliação ou de legítima defesa, onde há uma escalada de violência, aumentando não só a severidade, mas também a frequência das agressões no mesmo episódio agressivo (Palmetto et al., 2013). Não obstante, na maioria dos conflitos nas relações de intimidade denota-se uma certa assimetria de género, não só devido ao dimorfismo sexual existente, que favorece o homem face à mulher em termos de tamanho e força, bem como no tipo de violência exercida, nas causas, nas suas consequências, na experiência de vitimação, bem como nas lesões infligidas (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Mennicke & Wilke, 2015).

Tal como enunciado pela revisão sistemática (RS) de Langhinrichsen-Rohling et al. (2012), a violência bidirecional é a tipologia mais prevalente em relações de intimidade (57.5%), sendo a tipologia mais comumente relatada em todas as amostras estudadas.

Nos Estados Unidos, e de acordo com o *National Intimate Partner Violence and Sexual Violence Survey* (NISVC), 36.4% das mulheres e 33.6% dos homens reportaram ter experienciado violência física, contato sexual violento ou *stalking* pelo parceiro íntimo durante a vida (Smith, 2018). Contudo, não há referência relativamente à prevalência da coocorrência de violência cometida pelos parceiros.

Na Europa, num estudo realizado em 6 cidades diferentes, a violência bidirecional demonstrou ser a tipologia de violência mais comum, com 10% das mulheres e 11.9% dos homens a afirmarem terem sido vítimas e/ou perpetradores de violência física. Comparativamente aos homens, as mulheres sofreram mais atos de menor gravidade (22.1% e 12.5%; Costa et al., 2016).

Em Portugal, o estudo sobre a prevalência da violência bidirecional é omissivo, contudo, num estudo conduzido por Machado et al., (2019), junto de homens vítimas, a prevalência de violência bidirecional foi de 73.7%, corroborando assim os diversos estudos internacionais que situam a violência bidirecional como a tipologia de violência mais comum (Costa et al., 2016; Hu, et al., 2019; Mennicke & Wilke, 2015; Ridings et al., 2018).

Durante os últimos anos, os estudos centrados na violência bidirecional têm demonstrado conclusões que se revelam particularmente importantes para a continuação da

prevenção da violência contra as mulheres e para uma maior consciencialização da violência praticada contra os homens de modo a que haja uma maior proteção de todas as vítimas (Costa et al., 2015).

Posto isto, o objetivo primordial do presente estudo é a sistematização do conhecimento sobre a prevalência da violência bidirecional entre parceiros íntimos, de forma a estabelecer diretrizes apoiadas empiricamente, que possam ser utilizadas na prática e que sejam a base da prevenção e intervenção junto desta população. Com este estudo pretende-se ainda explorar sobre a prevalência do tipo de violência bidirecional mais comum e explorar a prevalência da violência bidirecional consoante o sexo e a orientação sexual.

Método

Objetivo da presente Revisão Sistemática

Face ao aumento exponencial de artigos científicos que são publicados diariamente, as RS da literatura são cada vez mais importantes para o avanço rigoroso da ciência (Camilo & Garrido, 2019). As RS são um método dotado de rigor científico e metodológico, que têm como principal objetivo sistematizar o conhecimento empírico, atualizando-o e orientando-o no sentido de retirar conclusões válidas que possam ter utilização futura (Cronin et al., 2013; Siddaway et al., 2019).

Neste estudo em concreto, a necessidade de realizar uma RS adveio da lacuna na literatura no que concerne a revisões que abordassem a bidirecionalidade da VRI. A última RS realizada datava já ao ano de 2012 e o seu objetivo não era analisar o fenómeno da bidirecionalidade em relações de intimidade por si só, mas sim determinar as taxas de prevalência da violência unidirecional *versus* bidirecional em diferentes amostras da população (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012). A mais valia da utilização desta metodologia na temática da violência da intimidade, prende-se, essencialmente, com a necessidade de compreender o que se sabe atualmente sobre o tema, identificar as potenciais lacunas existentes e elaborar *guidelines* que permitam a execução de estudos futuros. A importância da utilização deste método neste tema em específico responde à necessidade urgente de utilizar as inferências finais, baseadas em evidência empírica, para conceder uma maior visibilidade ao fenómeno, para orientar as políticas públicas no âmbito da VD e a prática de intervenções relevantes e eficazes, tentando desta forma contribuir para o combate ao flagelo que é a VRI.

Estratégia de pesquisa

Esta RS teve por base uma pesquisa eletrónica nas seguintes bases de dados: PubMed, B-on, Web of Science e Scielo. Foi realizada uma revisão individual, nas bases de dados indicadas, com a seguinte equação de pesquisa¹ (“*intimate partner violence*” OR “*bidirectional violence*” OR “*perpetrator-victim role*” AND “*prevalence*”). Foram também realizadas pesquisas manuais nas referências bibliográficas de artigos considerados relevantes sobre a temática.

CrITÉRIOS de inclusão e exclusão

De forma a tornar o processo de seleção dos estudos mais objetivo e a facilitar a tomada de decisão aquando da pesquisa, primeiramente foram selecionados critérios de elegibilidade. Como critérios de inclusão estabeleceu-se que os artigos utilizados na revisão abordassem a prevalência da violência bidirecional. Dentro destes, apenas foram incluídos estudos em que os participantes eram adultos (idade superior a 18 anos) e estivessem ou já tivessem estado envolvidos numa relação de intimidade. Além disso, só foram considerados válidos estudos empíricos, com metodologias quantitativas, qualitativas ou mistas, publicados em revistas científicas com revisão de pares, escritos em português ou inglês e que tivessem sido publicados no intervalo temporal de 2012 a 2020. Como critérios de exclusão, não foram considerados estudos que não reportassem a prevalência da violência bidirecional e que abordassem a violência no namoro. Também não foram considerados para o estudo literatura cinzenta, RS, meta-análises e dissertações de mestrado ou teses de doutoramento.

Estratégia de análise de dados

A pesquisa foi realizada de acordo com o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis Protocols* (PRISMA-P; Shamseer et al., 2015). A importância da utilização de um protocolo como o PRISMA-P prende-se essencialmente com o facto de ser uma metodologia que requer rigor científico, permitindo que haja um planeamento baseado em critérios claros, garantido uma replicabilidade futura (Shamseer et al., 2015). O PRISMA-P é um protocolo que apresenta um conjunto de 17 itens – divididos em 3 secções: informações

1 Torna-se importante realçar que a equação de pesquisa inserida nas bases de dados eletrónicas foi a mesma, contudo foi necessário colocar filtros de forma a refinar a pesquisa e reduzir o número de artigos encontrados para tornar a pesquisa o mais objetiva possível. Assim, os filtros utilizados foram: o idioma (português e inglês), o ano de publicação (2012-2020), a população adulta (idade superior a 18 anos) e o tipo de documento (artigos científicos).

sobre o estudo, introdução e método - que foram construídos segundo evidências empíricas do que é desejável que uma RS contenha tendo itens admitidos a nível internacional, e por isso transversal a todos (Shamseer et al., 2015).

Seleção dos estudos

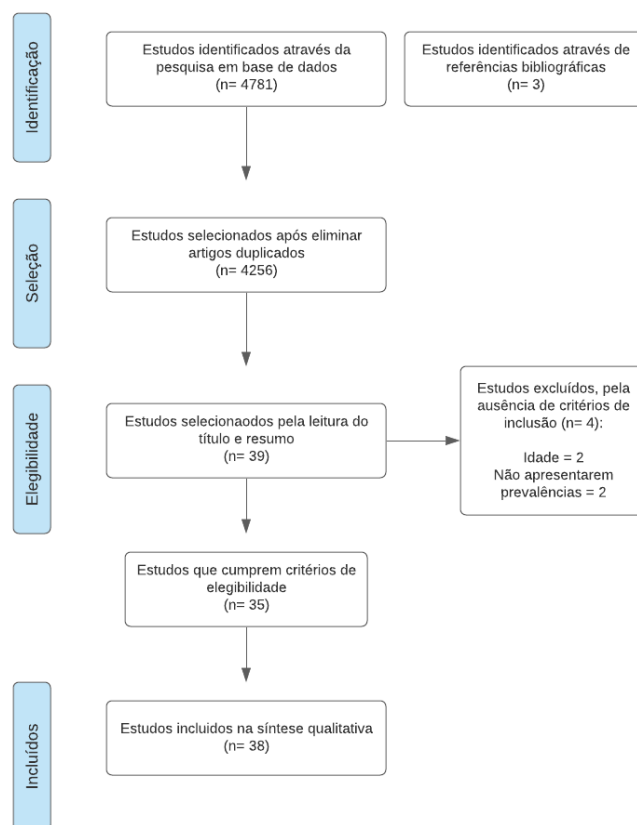
Após obtida a listagem de referências de cada base de dados eletrónica e dos artigos identificados através de pesquisas manuais, utilizou-se a ferramenta *Rayyan QCRI* onde foi realizado o processo de seleção dos artigos utilizados na revisão.

Através da pesquisa realizada nas bases de dados foram identificados 4781 artigos e 3 artigos foram identificados através de referências bibliográficas de artigos relevantes. Destes 4784 artigos, foram eliminados os duplicados, resultando num total de 4256 artigos. Numa fase inicial, através da leitura do título e do resumo, foram selecionados 39 artigos que se encontravam de acordo com os critérios de inclusão. Numa fase posterior, procedeu-se à leitura integral dos artigos e de acordo com os critérios de inclusão foram selecionados 35 artigos e foram excluídos 4: 2 pela idade dos participantes (Shneyderman & Kiely, 2013; Katz et al., 2020); e 2 por não apresentarem prevalências (Ally et al., 2016; Flanagan et al., 2014b) e consequentemente não se adequarem aos objetivos de trabalho. Por fim, foram incluídos 38² estudos empíricos que cumpriram os critérios de elegibilidade. A seleção dos estudos realizada foi planificada num diagrama de fluxo como é possível consultar na Figura 1.

Todo o processo anteriormente mencionado foi realizado de forma independente por duas autoras (CS e AM), de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. A taxa de concordância das duas autoras foi de 98%.

2 35 artigos científicos resultaram de pesquisas em bases de dados eletrónicas e 3 resultaram de pesquisas manuais em referências bibliográficas

Figura 1- Diagrama de fluxo



Extração dos dados

Após a seleção dos artigos que foram incluídos na revisão foi necessário listar as características dos estudos de forma a realizar uma síntese dos resultados dos mesmos. Assim, nos artigos foram recolhidas informações sobre os autores, o ano de publicação, o país onde foi realizado o estudo, a amostra – que contém o sexo dos participantes e o tipo de amostragem -, os objetivos do estudo, e os instrumentos utilizados. Estas características estão expostas na Tabela 1. No que diz respeito aos resultados individuais de cada estudo, podem ser consultados na Tabela 2.

Avaliação da qualidade dos estudos

Foi realizada uma avaliação da qualidade dos estudos selecionados, através da ferramenta *Quality Assessment Tool for Study's with Diverse Design* (QATSD) (Sirriyeh et al., 2011). As pontuações da escala de avaliação demonstraram que os estudos selecionados têm uma média de qualidade de 67.39%, sendo que a menor pontuação de qualidade (19%)

corresponde a um estudo de Petering et al. (2015) e a maior pontuação de qualidade (93%) pertence a Hines e Douglas (2018). Contudo, de forma a permitir a comparação entre os artigos, foram atribuídas três categorias (Crowe et al., 2011): baixa qualidade ($\leq 50\%$), qualidade aceitável (51-74%), e elevada qualidade ($\geq 75\%$). Desta forma, na presente revisão estão incluídos artigos de baixa qualidade (n=2), que não foram eliminados devido às prevalências que nos dão; de qualidade aceitável (n=23) e de elevada qualidade (n=13). Estas pontuações dizem respeito aos critérios de qualidade impostos pelas ferramentas e estão expostos na Tabela 3, no Apêndice I.

Tabela 1- Características dos estudos

Autores, Ano, País	Amostra e sexo	Objetivo	Instrumentos	Percentagem e categoria de qualidade
Afifi et al. (2012), USA	Comunitária, ambos	Examinar a relação entre a perpetração e vitimação de violência física e sexual e o consumo de substâncias	CTS	62% Aceitável
Arteaga et al. (2015), Espanha	Clínica, ambos	Explorar a prevalência de agressores de VRI inseridos em centros de tratamentos de substâncias	CTS2	79% Elevada
Behnken et al. (2018), USA	Comunitária, mulheres	Perceber a associação de padrões de VRI (bidirecional, unidirecional, sem violência) com experiências de lesões graves e perturbações psiquiátricas	CTS2	62% Aceitável
Brown & Chew, (2018), Singapura	Forense, ambos	Investigar a prevalência de perpetração de VRI e determinar os respetivos tipos de violência	CTS2	79% Elevada
Bryan et al. (2019), USA	Clínica, homens	Estimar a prevalência de VRI em portadores de HIV	CTS2	86% Elevada
Conroy et al. (2020), Malawi	Clínica, ambos	Descrever padrões de VRI em casais que têm HIV e explorar as diferenças de género nas diferentes tipologias de violência	Questionário de 12 perguntas para VF e VS e 8 perguntas para VS	71% Aceitável
Costa et al. (2014), Europa	Comunitária, ambos	Avaliar de que forma é que o envolvimento na VRI (só vítima, só perpetrador, violência bidirecional) afeta a qualidade de vida	CTS2	67% Aceitável
Costa et al., (2015), Europa	Comunitária, ambos	Avaliar a VRI em 8 cidades europeias	CTS	67% Aceitável
Costa et al. (2016), Europa	Comunitária, ambos	Medir a associação entre a posição socioeconómica e a prevalência de VRI física em vítimas, perpetradores e ambos	CTS2 (escala VF)	69% Aceitável
Costa et al. (2018), Europa	Comunitária, ambos	Examinar a relação entre a VRI e o abandono dos serviços de saúde em vítimas, perpetradores e ambos	CTS2	57% Aceitável
Crane et al. (2014), USA	Forense, homens	Avaliar a qualidade e a gravidade de violência, em homens inscritos em programas de intervenção para agressores de VD	CTS2	62% Aceitável

Juan & Madan (2018), México	Comunitária, ambos	Examinar o grau de violência entre casais	14 questões escritas (ex: “o seu parceiro íntimo alguma vez gritou com você em público? Você já gritou com seu parceiro íntimo em público”)	57% Aceitável
Fernández-Montalvo et al. (2019), Espanha	Clínica, ambos	Descrever a prevalência de VRI segundo o sexo, a direccionalidade e comparar as características dos pacientes que não experienciaram VRI	CTS2	64% Aceitável
Frankland & Brown (2014), Austrália	Comunitária, ambos	Avaliar o controlo coercivo em casais do mesmo sexo e aplicar a teoria de Johnson	CTS2	52% Aceitável
Flanagan et al. (2014a), USA	Clínica, mulheres	Examinar a prevalência e a bidireccionalidade da vitimação e perpetração sexual de mulheres envolvidas em VRI durante a gravidez e 6 semanas após o parto	CTS2	60% Aceitável
Frías (2017), México	Comunitária, mulheres	Examinar a prevalência das dinâmicas de violência entre casais	CTS e questões sobre comportamentos de perpetração e de vitimação	71% Aceitável
Graham et al. (2012), Canadá	Comunitária, ambos	Examinar as interações entre o sexo, os padrões e a gravidade de VRI	Questionário escrito sobre os atos agressivos e severidade das agressões perpetradas e sofridas nos últimos 2 anos	43% Baixa
Hines & Douglas (2018), USA	Forense e comunitária, homens	Testar várias componentes da Teoria de Johnson	CTS2	93% Elevada
Hines & Douglas (2019), USA	Forense e comunitária, homens	Testar a teoria de Johnson em amostras diferentes para examinar a prevalência de TI e de VCS	CTS2	88% Elevada
Holmes et al. (2016), USA	Forense, mulheres	Examinar a prevalência e os preditores de VRI de residentes em casa abrigo	CTS2	67% Aceitável
Hu et al. (2019), China	Comunitária, mulheres	Examinar os padrões, taxas e fatores de risco associados à VB	15 itens do CTS2	79% Elevada
Kubicek et al. (2016), Califórnia	Comunitária, homens	Analisar a prevalência dos diferentes tipos de VRI bem como a sua descrição qualitativa	Entrevista semiestruturada e CTS2	60% Aceitável
Lewis et al. (2015), USA	Comunitária, mulheres	Examinar a relação entre a angústia emocional, o álcool e a VB	CTS2	55% Aceitável

Machado et al. (2019), Portugal	Comunitária, homens	Explorar a VRI e examinar a prevalência de vitimação, perpetração e a sobreposição de papéis	CTS2	88% Elevada
Marcus (2012), USA	Comunitária, ambos	Examinar a qualidade do relacionamento consoante os diferentes padrões de violência (sem violência, com violência unilateral, com violência mútua)	Questionário para avaliar a frequência da perpetração e vitimação	60% Aceitável
Muftic et al. (2015), USA	Forense, ambos	Examinar a sobreposição do papel vítima-agressor, em pessoas identificadas pelas autoridades por VRI	Categorização segundo o relatório policial (vítima, ofensor, ou vítima-ofensor)	86% Elevada
Norris et al. (2017), África	Comunitária, homens	Avaliar a experiência de VRI física e avaliar a associação entre a VRI e o HIV	Questionário sobre o envolvimento em relações abusivas	76% Elevada
Petering et al. (2015), Los Angeles	Forense, ambos	Avaliar a bidirecionalidade da perpetração e da vitimação da VRI	CTS2	19% Baixa
Renner & Whitney (2012), USA	Comunitária, ambos	Identificar fatores de risco comuns para a VRI unidirecional e VRI bidirecional	Questionário de 4 itens para avaliar a perpetração e vitimação de VRI	64% Aceitável
Richards et al. (2017), USA	Comunitária, ambos	Explorar o efeito dos maus tratos na infância na subsequente VRI	Questionário com base no CTS	60% Aceitável
Sommer et al. (2016), USA	Comunitária, ambos	Explorar os comportamentos verbalmente agressivos e a perpetração de VRI	CTS2	76% Elevada
Stults et al. (2020), Nova Iorque	Comunitária, homens	Explorar as dimensões da vitimação, da perpetração e de VB e explorar a cronicidade das experiências	Entrevista semiestruturada	81% Elevada
Suomi et al. (2018), Austrália	Clínica, mulheres	Identificar as prevalências de violência familiar e VRI em pessoas com dependência em jogos	HITS Scale (Hurt-Insult-Threaten-Scream)	55% Aceitável
Tillyer & Wright (2013), USA	Comunitária, ambos	Examinar a prevalência de vitimação, perpetração e sobreposição de papéis	Questionário escrito e entrevista	79% Elevada
Trillingsgaard et al. (2019), Dinamarca	Clínica, ambos	Avaliar a prevalência, o tipo, a severidade e a direção de VRI no último ano	The Family Maltreatment Measure (FM)	79% Elevada
Ulloa & Hammet (2014), USA	Comunitária, ambos	Examinar as diferenças existentes em fatores relacionados à saúde mental consoante o sexo e o papel de vítima-perpetrador	CTS	62% Aceitável

Wei et al. (2020), China	Comunitária, homens	Explorar a prevalência dos diferentes papéis de vítima-perpetrador em diferentes tipos de VRI; relação entre diferentes tipos de VRI, regulação emocional e problemas de saúde mental	5 questões da Escala de VRI entre homens gays e bissexuais (IPV-GBM)	64% Aceitável
Wu et al. (2015), Nova Iorque	Comunitária, homens	Perceber a prevalência de VRI, a concordância no relato de perpetração e de vitimação; e existência de relação entre o consumo de substâncias e a VRI	CTS2	64% Aceitável

Nota: TI – terrorismo íntimo; VB – violência bidirecional; VCS – violência conjugal situacional

Resultados

Participantes

Relativamente à amostra, a maioria dos estudos foi realizado junto de homens e mulheres (n=17), somente homens (n=9), somente mulheres (n=7) e casais (n=5). Dos estudos empíricos utilizados (n=38), foram selecionados estudos de metodologia quantitativa (n=36), qualitativa (n=1) e mista (n=1). Dentro destes, utilizaram-se estudos com amostras comunitárias (n=26), clínicas³ (n=7) e forenses⁴ (n=7).

O número total da amostra variou entre 26 e 114.242 pessoas (Stults et al., 2020; Frías, 2017), sendo a média de idade dos participantes de 32.99, variando entre 21.36 e 43.89 anos (Petering et al., 2015; Hines & Douglas, 2018, 2019). Importa ressaltar que nem todos os estudos apresentaram informações relativamente à idade dos participantes.

Os estudos identificados na presente revisão foram escritos em português e em inglês e foram publicados entre o ano 2012 a 2020 (2012 (n=4), 2013 (n=1), 2014 (n=5), 2015 (n=6), 2016 (n=4), 2017 (n=3), 2018 (n=6), 2019 (n=6), 2020 (n=3)).

Os estudos empíricos foram realizados com amostras de vários países como: Portugal, Espanha, Grécia, Hungria, Suécia, Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Dinamarca, Malawi, USA, México, China, Singapura e Austrália. Desta forma, foi possível recolher amostra nos 5 continentes: América (n=22), Europa (n=9), Ásia (n=3), África (n=2), e Oceânia (n=2).

Características metodológicas

No que diz respeito aos instrumentos utilizados, a sua utilização dependeu dos objetivos pretendidos em cada estudo. Nos estudos quantitativos, o instrumento utilizado de forma consensual para medir a prevalência do fenómeno foi o *The Conflict Tactics Scale* (CTS; n=4) e a sua versão revista, *The Revised Conflict Tactics Scales* (CTS2; n =22). Não obstante, alguns estudos utilizaram relatórios policiais para categorizar a tipologia de violência sofrida e perpetrada (Muftic et al., 2015), outros estudos construíram questionários com o objetivo de medir a prevalência da violência (Conroy et al., 2020; Marcus, 2012; Norris et al., 2017; Renner & Whitney, 2012); e o estudo de Graham et al., (2012) construiu um questionário para avaliar a agressividade e a severidade da violência bidirecional em relações de intimidade. O estudo

3 Como amostras clínicas consideraram-se amostras recolhidas em centros de tratamento para dependências, HIV e uma clínica de preparação parental

4 Como amostras forenses consideraram-se amostras recolhidas em casas abrigo, serviços de apoio a vítimas e relatórios policiais

empírico qualitativo utilizou uma entrevista semiestruturada para fazer a recolha dos dados, e o estudo de metodologia mista utilizou uma entrevista semiestruturada e o CTS2.

Risco de viés entre grupos

No que respeita às amostras, todos os estudos nos dão informação sobre os critérios de inclusão e exclusão no processo de seleção dos participantes, estando esses critérios de acordo com os objetivos do presente estudo. Não são expressas quaisquer informações relativas a estatísticas significativas sobre as amostras utilizadas nos estudos. No que concerne à recolha de dados, os estudos utilizaram questionários *online* ou os dados foram recolhidos pessoalmente em organizações específicas.

Resultados dos estudos individuais

Prevalência da violência bidirecional na amostra

No que diz respeito à prevalência global de violência bidirecional em relações de intimidade, a mesma variou entre 6.6% (estudo realizado junto a uma amostra comunitária mista (Ulloa & Hammet, 2014)) e 98.4% (estudo realizado junto de uma amostra clínica mista, de pessoas inseridas em tratamentos para a dependência de substâncias que tinha como objetivo analisar a prevalência de perpetração de VRI (Arteaga et al., 2015)).

Prevalência de violência bidirecional nos diferentes continentes

A prevalência no continente europeu variou entre 10% (estudo realizado em vários países com uma amostra comunitária (Costa et al., 2016)) e 98.4% (estudo realizado em Espanha com uma amostra clínica (Arteaga et al., 2015)). No continente americano a prevalência variou entre 3.1% (estudo realizado com uma amostra comunitária (Afifi et al., 2012)) e 80% (estudo realizado com uma amostra forense (Crane et al., 2014)). Relativamente ao continente Asiático, a prevalência do fenómeno variou entre 3.3% (estudo realizado na China com uma amostra comunitária (Hu et al., 2019)) e 74.4% (estudo realizado em Singapura com uma amostra forense (Brown & Chew, 2018)). Em África, a violência bidirecional variou entre 11% (estudo realizado com homens de uma amostra comunitária (Norris et al., 2017)) e 35.5% (estudo realizado no Malawi com uma amostra clínica (Conroy et al., 2020)). Por fim, na Oceânia, mais precisamente na Austrália, o valor percentual variou entre os 13% (estudo com amostra comunitária (Frankland & Brown, 2014)) e os 32.6% (estudo realizado com uma amostra clínica (Suomi et al., 2018)).

A violência bidirecional segundo os diferentes tipos de amostra

No que diz respeito à prevalência de violência bidirecional em relações de intimidade nos diferentes tipos de amostra, é possível verificar que a prevalência nas amostras comunitárias foi de 3.1% (violência reportada por homens, num estudo realizado nos USA (Afifi et al., 2012)) a 81.9% (violência bidirecional reportada por homens num estudo realizado no Canadá junto de uma amostra mista (Graham et al., 2012)).

A prevalência nas amostras clínicas variou entre 7.2% (reportada por mulheres durante a gravidez e 6 semanas após o parto (Flanagan et al., 2014a)) e 98.4% (pessoas que reportaram violência bidirecional num estudo junto de participantes que se encontravam a realizar programas de tratamento para a dependência de substâncias (Arteaga et al., 2015)).

A prevalência na amostra forense foi de 0.4% (violência bidirecional psicológica reportada por mulheres que residiam em casa abrigo (Holmes et al., 2016)) a 74.4% (mulheres que estavam presas numa prisão de Singapura e que reportaram estar envolvidas numa relação pautada por violência conjugal situacional (Brown & Chew, 2018)).

A violência bidirecional segundo os diferentes tipos de violência

Relativamente à prevalência de violência bidirecional de acordo com os diferentes tipos de violência, foi possível apurar que a prevalência de violência física variou entre 3.5% (violência relatada por mulheres numa amostra forense de residentes em casa abrigo (Holmes et al., 2016)) a 54,54% (violência relatada por homens numa amostra forense (Crane et al., 2014)).

No que concerne à violência psicológica, a prevalência variou entre 0.4% (estudo realizado com uma amostra forense de mulheres residentes em casa abrigo (Holmes et al., 2016)) a 80% (estudo realizado com homens indicados judicialmente para participar em programas de intervenção para agressores (Crane et al., 2014)).

Por último, a prevalência da violência sexual variou entre os 5.7% (estudo realizado junto de uma amostra clínica de mulheres grávidas (Flanagan et al., 2014a)) e os 50% (estudo realizado com uma amostra forense de homens que estavam em simultâneo a cumprir tratamento devido a situações de violência doméstica (Crane et al., 2014)).

Prevalência de violência bidirecional em casais

Foram realizados 5 estudos junto de casais, sendo 4 entre casais heterossexuais e 1 entre casais homossexuais. A prevalência de violência bidirecional em casais foi de 5.5%

(estudo realizado junto de uma amostra clínica de grávidas e parceiros inscritos em programas de preparação de parentalidade (Trillingsgaard et al., 2019)) e 86% (estudo junto de uma amostra comunitária que tinha como objetivo aferir a prevalência de violência bidirecional em casais homossexuais (Wu et al., 2015)).

Relativamente à concordância ou à discrepância das respostas relativamente à violência bidirecional entre casais, a prevalência foi de 39.8% (estudo realizado junto de casais de uma amostra clínica envolvidos em cuidados e no tratamento de HIV, em que as maiores discrepâncias se encontravam na violência psicológica e sexual (Conroy et al., 2020)) a 62% (estudo realizado junto de casais de uma amostra comunitária que mostraram que as suas respostas eram concordantes, ou seja, mostraram concordar entre eles sobre a violência que era perpetrada e sofrida (Wu et al., 2015)).

Prevalência da violência bidirecional segundo o sexo

A prevalência de violência bidirecional em relações de intimidade em mulheres, que relataram ser tanto vítimas como perpetradoras, variou de 3.9% (estudo realizado nos USA com uma amostra comunitária (Afifi et al., 2012)) a 83.9% (estudo realizado em Espanha, junto de uma população clínica (Fernández-Montalvo et al., 2019)).

A prevalência de violência bidirecional em relações de intimidade nos homens, que relataram ser tanto vítimas como perpetradores, variou entre 3.1% (estudo realizado nos USA com uma amostra comunitária (Afifi et al., 2012)) e 81.9% (estudo realizado no Canadá junto de uma amostra comunitária (Graham et al., 2012)).

Prevalência de violência bidirecional segundo a orientação sexual

No que concerne à prevalência da violência bidirecional entre população homossexual, na presente amostra foi possível recolher 5 estudos, dos quais 4 foram realizados junto de homens e 1 de mulheres. A prevalência variou entre 6.6% (estudo realizado junto a uma amostra comunitária de homens homossexuais (Wei et al., 2020)) e 65% (estudo realizado junto de uma amostra comunitária de homens homossexuais e/ou bissexuais (Stults et al., 2020)).

Tabela 2- Resultados da prevalência de violência bidirecional

Estudo	Resultados
Afifi et al. (2012)	3,1% homens e 3,9% mulheres reportaram VB
Arteaga et al. (2015)	98,4% homens e mulheres estavam envolvidos em relações pautadas pela VB
Behnken et al. (2018)	40% das mulheres reportaram VB
Brown & Chew (2018)	72,1% dos homens e 74,4% das mulheres relataram estar envolvidos numa relação pautada pela VCS
Bryan et al. (2019)	69,69% dos participantes relataram VB; 57,9% reportaram VBF
Conroy et al. (2020)	VBF (25,4%), VBS (35,5%), VBP (34%). Dentro da VB, as mulheres relataram mais VF (9,5% e 4,3%) e VP (16,6% e 7,6%) comparativamente aos homens. Para a VS, homens e mulheres relataram níveis similares (12,8% e 12,3%). 39,8% das respostas eram discrepantes, sendo as maiores discrepâncias na VS (47,4%) e VP (49,8%)
Costa et al. (2014)	No último ano: VF - 10% das mulheres e 11,9% dos homens relataram VB; VS: 9,7% das mulheres e 12,5% dos homens relataram VB; Ao longo da vida: VF - 15,9% das mulheres e 18,4% dos homens relataram VB; para VS: 13,9% das mulheres e 18,9% dos homens relataram VB
Costa et al. (2015)	54,5% homens e 54,4% mulheres reportaram VBP
Costa et al. (2016)	10% das mulheres e 11,95% dos homens relataram VBF
Costa et al. (2018)	16,53% dos participantes relataram VB sendo que 18% eram homens e 15,5% eram mulheres
Crane et al. (2014)	54,54% relataram a coocorrência de VF; 80% de VP; 50% de VS
Juan & Madan (2018)	60% dos homens relataram ser vítimas e perpetradores; e 53,9% das mulheres referiram ser vítimas e perpetradores
Fernández-Montalvo et al. (2019)	A VB é a tipologia de violência mais comum (63,1%), com diferenças entre géneros: mulheres (83,9%) e homens (56,0%)
Frankland & Brown (2014)	13% dos participantes relataram VCS e 12,5% relataram CMV
Flanagan et al. (2014a)	<i>Baseline</i> : 7,2% das mulheres reportaram estar envolvidas em VBS; <i>Follow-up</i> : 5,7% das mulheres reportaram estar envolvidas em VBS
Frías (2017)	26,7% das mulheres casadas e/ou que coabitavam e 29,3% das mulheres separadas e/ou divorciadas relataram VB
Graham et al. (2012)	81,9% de homens e 70,4% de mulheres relataram VB
Hines & Douglas (2018)	10% da amostra total reportou VCS; 10% da amostra comunitária reportou VCS e 11,4% da amostra forense reportou VCS
Hines & Douglas (2019)	Na amostra comunitária: 49% relataram VCS; na amostra forense: 39,4% relataram VCS
Holmes et al. (2016)	5,3% reportaram violência mútua com 3,5% a reportar VF, 1,3% VS e 0,4% VP
Hu et al. (2019)	34,6% das mulheres relataram VP bidirecional; 26,3% das mulheres relataram estar envolvidas em VB para VP, ameaça e controlo e VS; e 3,3% relatou estar envolvida em VB para VF, VP, ameaças e controlo e VS
Kubicek et al. (2016)	Dos participantes que reportaram VP bidirecional: 65% relataram insultos, 69% gritos; e 44% reportaram situações que ofendessem o parceiro. Relativamente à VF: 38% relataram o comportamento de agarrar, 36% empurrar e 22% arremessar com algo. Relativamente à VS os comportamentos de VB mais prevalentes foram: 28% insistiu em ter relações sexuais e 26% em ter sexo anal ou oral
Lewis et al. (2015)	12% das mulheres relataram estar envolvidas em VBF
Machado et al. (2019)	A categoria de vítima-perpetrador a taxa mais elevada (73,7%)
Marcus (2012)	25% dos casais reportaram violência mútua e 37,9% dos casais que reportaram violência mútua inferiram lesões no parceiro

Muftic et al. (2015)	18,8% reportaram vitimação e perpetração e 27,1% estavam incluídos na categoria de vítimas e de perpetradores
Norris et al. (2017)	11% reportaram VF recíproca
Petering et al. (2015)	26,05% da amostra experienciou VB: 29,07% de mulheres e 24,34% de homens
Renner & Whitney (2012)	A categoria de VB foi a mais prevalente (54%): 23,27% dos homens e 27,36% das mulheres reportaram VB
Richards et al. (2017)	6% dos homens e 7,3% das mulheres relataram VB
Sommer et al. (2016)	72,9% dos casais reportaram estar envolvidos em VB
Stults et al. (2020)	65% dos participantes revelaram VB
Suomi et al. (2018)	32,6% das participantes relataram VB
Tillyer & Wright (2013)	6,7% dos participantes relatou ser vítima e agressor
Trillingsgaard et al. (2019)	38,2% dos casais relataram VBF; 34,4% dos casais relataram VBF e 5,5% dos casais relataram VBP
Ulloa & Hammet (2014)	Na fase 3: 12,3% da amostra relatou VB e na fase 4: 6,6% da amostra relatou VB
Wei et al. (2020)	11,8% reportaram VBP
Wu et al. (2015)	86% dos participantes relataram VB na sua relação e 86% relataram VB nos últimos 30 dias; 62% dos casais mostraram concordância sobre a VB

Nota: CMV – controlo mútuo violento; VB – violência bidirecional; VF – violência física; VP – violência psicológica; VS – violência sexual; VBF – violência bidirecional física; VBP – violência bidirecional psicológica; VBS – violência bidirecional sexual;

Discussão

Este estudo representa a primeira RS exclusivamente focada no fenómeno da violência bidirecional em relações de intimidade. De acordo com os resultados, a violência bidirecional revelou ser a tipologia mais prevalente de VRI (98.4%; Arteaga et al., 2015), comparativamente à violência unidirecional. Estes resultados revelaram-se congruentes com a literatura que afirma que a violência bidirecional é a tipologia de violência mais prevalente em relações de intimidade (Costa et al., 2016; Hu, et al., 2019; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Mennicke & Wilke, 2015; Ridings et al., 2018). Contudo, estes resultados devem ser observados com ponderação, pois um dos grandes constrangimentos que foi percecionado ao longo do estudo, desde a fase da seleção dos estudos até à interpretação dos resultados, é que não existe uma terminologia estanque sobre este fenómeno e apesar do conceito base ser violência bidirecional, existem vários estudos que utilizam outras nomenclaturas. A título exemplificativo, Muftic et al., (2012) referem-se à “sobreposição de vítima-agressor” para denominar indivíduos que na mesma relação de intimidade, por vezes são vítimas e por outras são agressores; por sua vez, Tillyer e Wright (2013) referem-se a “*overlap* de papéis”; Frías et al., (2017), Hines e Douglas (2018) e Marcus (2012) baseados na teoria de Johnson, utilizam o termo “violência mútua”, referindo-se à violência exercida por ambos os elementos do casal, pautada pelo controlo mútuo; Brown e Chew (2018) abordam a “violência conjugal situacional”; e Norris et al., (2017) e Costa et al., (2015) abordam o conceito de “violência recíproca” em que ambos os elementos do casal experienciam violência contra o outro parceiro. Assim, torna-se evidente a necessidade científica de se uniformizar a terminologia utilizada para estudar o fenómeno, de forma a impedir que se confundam conceitos e para que seja possível alcançar resultados empíricos mais válidos e concretos sobre a problemática.

De acordo com a amostra obtida, foi possível recolher resultados sobre a prevalência da violência bidirecional em relações de intimidade nos 5 continentes e a importância desta descoberta prende-se, essencialmente, com o facto de ser possível obter uma perspetiva holística e integrada da violência bidirecional no mundo. Contudo, importa referir que os resultados obtidos têm de ser observados sob a salvaguarda de que os continentes não se encontram igualmente representados ao nível do número de estudos realizados (e.g., o continente americano está representado por 22 estudos, enquanto a África e Oceânia estão apenas representados em 2 estudos, cada um, da amostra). Estes resultados mostram-nos que a violência bidirecional não é estudada de uma forma uniforme pelo mundo inteiro demonstrando as fragilidades do mesmo e a necessidade do aumento dos estudos sobre a temática. Ainda

assim, o continente onde se verificou uma maior prevalência de violência bidirecional foi o continente Europeu (98.4%), mais precisamente num estudo realizado em Espanha com uma amostra clínica (Arteaga et al., 2015). A menor percentagem de prevalência de violência bidirecional (3.1%) foi encontrada num estudo realizado nos USA (Afifi et al., 2012) com uma amostra comunitária. Este resultado pode ser justificado, pelo facto de o estudo em causa ter sido realizado junto de mais de 25 mil pessoas, podendo ser colocado como hipótese o facto do fenómeno ser camuflado por outras variáveis ou mesmo outro tipo de problemáticas. Estes resultados parecem indicar-nos que o tipo de amostragem e o tamanho da amostra fornecem informações bastante importantes sobre a representatividade dos resultados e a interpretação dos mesmos deve ser observada sobre essa premissa.

Segundo o tipo de amostras, as que apresentaram uma maior prevalência de violência bidirecional foram as amostras clínicas (98.4%; Arteaga et al., 2015), seguidas das comunitárias (81.9%; Graham et al., 2012). Atendendo à elevada prevalência de violência bidirecional nas amostras clínicas, e considerando que o consumo de substâncias é associado à desinibição de comportamentos, o que pode impactar o uso de violência, são corroborados os dados de 2012, de Langhinrichsen-Rohling et al., em que 77% de mulheres em centros de tratamentos eram igualmente responsáveis pela violência devido ao aumento da agressividade, da raiva e da impulsividade (Behnken et al., 2018; Petering et al., 2015).

Outra perspetiva que pode justificar os resultados obtidos é que segundo a teoria de Johnson (1995), o tipo de amostragem utilizada nos estudos é bastante revelador da tipologia de violência a que os participantes estão expostos. Consoante a literatura, amostras recolhidas junto de populações que procurem serviços de ajuda, ou seja amostras forenses, serão mais facilmente pautadas pelo terrorismo íntimo, contrariamente ao encontrado em amostras comunitárias e clínicas que serão mais facilmente pautadas pela violência conjugal situacional (Hines & Douglas, 2019). Os nossos resultados, revelam-nos que tanto a amostra clínica como a comunitária se podem enquadrar na tipologia de violência conjugal situacional, sendo esta assente na perspetiva bidirecional de violência, na medida em que a violência conjugal situacional é um tipo de violência não reiterada, mas sim pautada por tensões conjugais que surgem de forma esporádica, por ambos os elementos da relação, que não escala de intensidade ou de gravidade e onde existe um baixo controlo coercivo (Bates, 2016; Casimiro, 2008; Johnson, 1995, 2006; Ridings et al., 2018).

No que diz respeito à amostra forense com maior prevalência no estudo (Brown & Chew, 2018), e por corresponder a um estudo de mulheres reclusas, os seus resultados apoiam

a tese de que os homens também podem ser vítimas de terrorismo íntimo, mostrando que a VRI não é apenas uma questão de género, mas sim algo que pode depender da dinâmica do casal e dos estilos conjugais que os mesmos adotam (Bates, 2020; Casimiro, 2008; Hines & Douglas, 2010, 2018).

Os resultados encontrados sobre a prevalência da violência bidirecional entre casais (Wu et al., 2015) corroboram a ideia de que a violência bidirecional não é exclusiva de casais heterossexuais (Lewis, 2015) e revelam-nos também que as interações mal adaptativas do casal podem culminar em tensões conjugais que contribuem para a coocorrência de violência, independentemente da forma em que ela ocorra (Sommer et al., 2016). Estes dados demonstram-se congruentes com os recolhidos em 2012, por Langhinrichsen-Rohling et al., que afirmaram que a gestão dos conflitos, a comunicação entre o casal e as capacidades de resolução de problemas devem ser consideradas na prevenção e intervenção junto desta população.

Nos estudos realizados com casais, foi também possível concluir que, a maior prevalência de discrepâncias relativamente à perceção de violência se encontrou na violência psicológica na forma bidirecional (49.8%; Conroy et al., 2020). Considerando que a percentagem de discrepância diz respeito à não concordância dos casais com a violência perpetrada e sofrida, este dado pode estar relacionado com as crenças que os participantes têm relativamente à perpetração e à vitimação deste tipo de VRI. Assim, o facto de a violência psicológica ter sido o tipo de violência mais comum na amostra (80%; Crane et al., 2014) pode ser justificado por ser um tipo de violência que não deixa marcas visíveis e por isso pode ser considerada pelos/as agressores/as e pelas vítimas uma forma menos grave de violência. Face ao exposto, podemos considerar que neste tipo de violência os/as agressores/as podem minimizar os atos violentos praticados e as vítimas não se sentirem como vítimas (Conroy et al., 2020).

No que concerne ao tipo de violência mais reportada na amostra, e considerando o nosso segundo objetivo, destacou-se a violência psicológica, corroborando a literatura, que afirma que este é o tipo de violência mais comum, não só em relações pautadas pela violência unidirecional, como também em relações de intimidade em que há bidirecionalidade da violência (Casimiro, 2008; Hu, et al., 2019; Laskey et al., 2019; Mennicke & Wilke, 2015). Sobre a maior prevalência de violência psicológica (80%), foi possível aferir que diz respeito a um estudo em que a amostra é forense e composta por homens indiciados judicialmente para participar em programas de intervenção para agressores, após a condenação por VD, o que

parece explicar a percentagem tão elevada (Crane et al., 2014). Sobre a menor prevalência de violência psicológica bidirecional (0.4%), encontrava-se numa amostra forense de mulheres residentes em casa abrigo (Holmes et al, 2016). Estas mulheres ao residirem em casa abrigo estão separadas dos seus parceiros fazendo com que a violência na relação deixe de existir, pois estão longe do contexto violento, o que pode justificar esta menor percentagem.

No que diz respeito à prevalência de violência bidirecional, segundo o sexo, foi possível aferir que as prevalências tanto em mulheres como em homens são bastante semelhantes, 83.9% (Fernández-Montalvo et al., 2019) e 81.9% (Graham et al., 2012), respetivamente. Estes dados, apoiam a literatura que refere que tanto homens como mulheres podem ser vítimas ou agressores/as, demonstrando as insuficiências da visão patriarcalista, sob a qual a VRI ainda hoje é maioritariamente explicada. O estudo desenvolvido por Fernández-Montalvo et al. (2019), corrobora os resultados da revisão de Langhinrichsen-Rohling et al. (2012), que também concluíram que as mulheres envolvidas em centros de tratamento eram responsáveis pela maioria da violência bidirecional (72.3%). Uma das consequências diretas destes resultados, e que podem ter implicações para a prática, é que se sabe pela literatura que pessoas que relatam estar envolvidas em violência bidirecional têm uma maior predisposição para desenvolver sintomatologia depressiva, aumentando também a probabilidade do desenvolvimento de doenças mentais graves (Bates, 2016; Graham et al., 2012; Ulloa & Hammett, 2014). Assim, e devido à congruência com os resultados obtidos noutros estudos, seria benéfico o olhar atento sobre esta associação na prática profissional de forma a tornar os serviços de apoio, de vítimas e de agressores/as, o mais eficazes e responsivos possível face ao fenómeno.

No que diz respeito à prevalência da violência bidirecional, segundo a orientação sexual (65%), os resultados obtidos ajudam a sustentar a literatura sobre a VRI, pois esvanece-se da esfera da discussão a ideia de que a violência só pode ser explicada através do poder que o homem heterossexual exerce sobre a mulher. Através da existência de violência bidirecional em casais homossexuais, os padrões impostos pela sociedade, e a ideia de que a perpetração é exclusivamente realizada por homens, são mais uma vez desafiados, visto que estes mesmos homens são também vítimas de agressões e estão em relações pautadas pela coocorrência de violência quando estão em relações com outros homens, sendo que o mesmo acontece com mulheres (Stults et al., 2020; Wei et al., 2020). Assim, é possível concluir que na comunidade LGBTQIA+, a violência bidirecional mostra ser uma tipologia de VRI comum, sugerindo que a violência bidirecional é semelhante em relações heterossexuais, homossexuais e bissexuais

(Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Lewis, 2015). Face aos resultados, podemos então sugerir, devido aos diversos estudos da presente revisão, e de forma a olhar para a violência bidirecional independentemente do sexo ou da orientação sexual, que a violência bidirecional em relações de intimidade pode ser melhor explicada por teorias de conflito e de sistemas familiares, apoiadas pelos sociólogos da família, em que a violência surge como consequência da dinâmica familiar ou conjugal e não porque um elemento do casal pretender ter um maior poder sobre o outro; ou porque homens e mulheres têm papéis mutuamente exclusivos de agressores e vítimas; ou porque o homem é violento enquanto a mulher é submissa (Casimiro, 2008; Wu et al., 2015).

Limitações

Apesar dos pertinentes contributos do presente estudo, existem limitações que lhe são inerentes. Inicialmente, no processo de seleção dos artigos que iriam ser integrados na revisão, foram selecionados 4256 artigos. Destes, só 38 estudos foram incluídos nesta RS por cumprirem os critérios de inclusão. Porém, dos artigos considerados na revisão, só 11 eram focados no estudo exclusivo do fenómeno da violência bidirecional, sendo que nos restantes artigos o foco era a VRI no geral, maioritariamente perpetrada do homem contra a mulher. Isto torna-se uma limitação na medida em que, por um lado a literatura focada exclusivamente na violência bidirecional é escassa, o que consequentemente limita as conclusões do estudo; e por outro, revela que a literatura sobre a violência unidirecional ainda é, na sua maioria, focada no papel de género. Todavia, se no presente estudo somente tivessem sido utilizados 11 artigos empíricos, não teríamos alcançado uma visão holística do fenómeno e não teria sido possível retirar as inferências até aqui discutidas. Face ao exposto, seria profícuo preencher esta lacuna literária aumentando os estudos focados exclusivamente na temática.

Outra das limitações do estudo prende-se com a necessidade de homogeneização do conceito de violência bidirecional. Uma das dificuldades na seleção dos artigos pertinentes para a revisão prendeu-se essencialmente com esta limitação. Na literatura foram encontrados vários conceitos que se referem à coocorrência de violência entre parceiros íntimos, mas que têm terminologias diferentes. Desta forma, e de modo a conseguir uma visão homogénea do termo, seria benéfico que se estabelecesse uma terminologia estanque que servisse de base para todas as investigações na área, de forma a garantir a uniformização do termo e evitar a dispersão dos resultados obtidos nos diversos estudos.

Outra das lacunas que este estudo demonstra, é a falta de literatura existente com ambos os elementos do casal. Isto torna-se uma limitação pois, os estudos que só utilizam um dos elementos do casal não nos dão a validade concreta dos dados e estão mais suscetíveis de apresentarem viés de desejabilidade social. A utilização de ambos os elementos do casal nos estudos empíricos permite-nos analisar a congruência e a discrepância nas respostas face à violência perpetrada e sofrida, bem como avaliar o contexto em que a dinâmica violenta do casal ocorre (Crane et al., 2014; Hu et al., 2019).

Por fim, outra das limitações, relaciona-se com a pouca literatura qualitativa existente sobre a temática, pois no presente estudo somente foi encontrado um estudo empírico qualitativo e outro misto. Dada a complexidade do fenómeno, a investigação desenvolvida deveria assentar, idealmente, em estudos de metodologia mista de forma a aceder não só às prevalências de tipologias de violência, bem como contextualizar as experiências de violência, dando uma visão abrangente das trajetórias de violência e do contexto da mesma.

Implicações práticas

Considerando que a violência bidirecional se mostrou o padrão mais prevalente na amostra, este estudo concede dados relevantes, principalmente na implementação de políticas públicas de combate à VRI.

Desta forma, augura-se a necessidade das campanhas de sensibilização e de consciencialização do fenómeno da VD, não serem exclusivamente focadas na violência unidirecional onde o homem é perpetrador e a mulher é a vítima. Estas campanhas, devem ser o mais inclusivas possível, não atribuindo uma perspetiva de exclusividade de papéis, de agressores e/ou de vítimas, pois de acordo com os resultados obtidos no presente estudo a grande maioria da população apresenta os dois papéis nas suas relações de intimidade (Laskey et al., 2019).

De forma a aumentar os dados sobre a prevalência do fenómeno e a suprimir a atual lacuna existente nos relatórios de segurança interna do nosso país, sugere-se que as agências responsáveis pela receção de queixas de VD, nomeadamente as forças policiais ou os serviços de apoio à vítima, possam implementar estratégias de recolha de informação que permitam recolher os dados de uma forma mais concreta sobre este padrão de violência. Assim, sugere-se, que aquando da apresentação de uma queixa de VD, fossem igualmente recolhidas informações sobre a eventual perpetração de violência por parte da alegada vítima, de forma a

ter acesso à prevalência da violência bidirecional que permita a obtenção de dados de forma a fornecer uma visão global deste fenómeno.

Torna-se igualmente importante salientar que é necessário que os serviços de apoio - como a polícia, os serviços de apoio às vítimas e os tribunais - adotem uma posição neutra e adequada ao contexto. Através do presente estudo foi possível corroborar a literatura que afirma que a violência bidirecional pode culminar em consequências mais severas comparativamente à violência unidirecional, não só pela gravidade das lesões bem como com a maior probabilidade de desenvolver problemas mentais graves como a PSPT, a depressão, o suicídio e o consumo de substâncias (Hellmuth et al., 2014; Palmetto, 2013).

O estudo também nos mostrou que a violência bidirecional ocorre independentemente do sexo dos participantes e/ou da orientação do sexual. Perante estes resultados, e em conformidade com a literatura, as políticas públicas de intervenção junto destas populações não devem ser focadas na exclusividade de papéis socialmente imposta, mas sim personalizadas e adequadas ao casal de forma a ser o mais adequada ao contexto possível, ao invés de padronizada (Behnken et al., 2018; Machado et al., 2019; Ulloa & Hammet, 2014; Renner & Whitney, 2012).

Um dos resultados revelou que a maior prevalência de violência bidirecional surgiu numa amostra clínica, mais especificamente em pessoas inseridas em centros de tratamento de substâncias (Arteaga et al., 2015). O consumo de substâncias está relacionado a uma desinibição dos comportamentos que aumenta a probabilidade de a pessoa fazer uso da violência num conflito ou numa tensão conjugal - violência conjugal situacional. Devido ao facto desta população ter perfis diferenciados e demonstrar problemas de raiva e de impulsividade, faz com que requeiram terapêuticas específicas. Desta forma, para esta população, parece que a intervenção deve ser focada tanto nos problemas de consumo como na violência, como nas estratégias de controlo dos comportamentos e por outro lado, deve fornecer ferramentas de forma a enfrentar a violência sofrida (Arteaga et al., 2015).

Estudos futuros

Uma das principais recomendações para estudos futuros, de forma a suprimir uma das lacunas existentes atualmente, é a necessidade de desenvolver um estudo representativo a nível nacional. A par do Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro, desenvolvido nos últimos quatro anos (Associação Plano i, 2021), surge a necessidade de desenvolver um estudo semelhante sobre a VRI. Com um estudo desta dimensão era esperado ter acesso a dados sobre

a prevalência da problemática no nosso país, pois nos relatórios anuais realizados pelas forças policiais e pelos serviços de apoio a vítimas, apenas são apresentados dados sobre as vítimas e os agressores de forma unilateral, não havendo dados sobre a prevalência do fenómeno bidirecional. Outras das recomendações para estudos futuros, relaciona-se com a importância de se desenvolverem mais estudos qualitativos na área de forma a perceber a causa do problema na díade. Para estudar o fenómeno, inicialmente, é fundamental saber a sua prevalência, mas é ainda mais importante perceber o contexto e os motivos da violência, bem como o padrão da relação íntima e os significados e as experiências do casal (Bates, 2016; Hu et al., 2019; Ridings et al., 2018), pois só assim se poderão compreender os padrões da VRI bem como os fatores de risco que lhe estão associados.

Conclusão

Em síntese, este estudo demonstrou que a violência bidirecional é o padrão de violência mais prevalente nas relações de intimidade.

Devido à escassa literatura focada exclusivamente no fenómeno e à inexistência de dados sobre a prevalência nacional do mesmo, urge a necessidade que as agências responsáveis pelo combate à VD adaptem os seus serviços de forma a intervir o mais eficazmente. Neste sentido, as grandes apostas neste campo de intervenção devem passar pela formação dos profissionais de primeira linha, na prevenção primária e secundária e na aposta em campanhas de sensibilização e de consciencialização da problemática verdadeiramente inclusivas, retirando da esfera social a visão de que a violência é exclusivamente unidirecional.

Referências bibliográficas

- Afifi, T.O., Henriksen, C.A., Asmundson, G.J.G., & Sareen, J. (2012). Victimization and perpetration of intimate partner violence and substance use disorders in a nationally representative sample. *Journal of Nervous & Mental Disease*, 200(8), 684-691. <https://doi.org/10.1097/nmd.0b013e3182613f64>
- Ally, E. Z., Laranjeira, R., Viana, M. C., Pinsky, I., Caetano, R., Mitsuhiro, S., Madruga, C.S. (2016). Intimate partner violence trends in Brazil: Data from two waves of the Brazilian National Alcohol and Drugs Survey. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 38(2), 98-105. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2015-1798>
- Arteaga, A., Fernández-Montalvo, J., & López-Goñi, J.J. (2015). Prevalence and differential profile of patients with drug addiction problems who commit intimate partner violence. *The American Journal On Addictions*, 24(8), 756-764. <https://doi.org/10.1111/ajad.12302>
- Associação Plano i. (2021). *Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro no Ensino Superior: Crenças e Práticas – 2017-2021*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/02/EstudoNacional_2017_21.pdf
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2012). *Violência Doméstica*. <https://apav.pt/vd/index.php/features2>
- Bates, E. (2016). Current controversies within intimate partner violence: Overlooking bidirectional violence. *Journal of Family Violence*, 31(8), 937-940. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9862-7>
- Bates, E. (2020). “Walking on egg shells”: A qualitative examination of men’s experiences of intimate partner violence. *Psychology of Men & Masculinities*, 21(1), 13–24. <https://doi.org/10.1037/men0000203>
- Behnken, M.P., Duan, Y., Temple, J.R., & Wu, Z.H. (2018). Injury and Psychiatric Disorder in Low Income Women Experiencing Bidirectional Intimate Partner Violence. *Violence and Victims*, 33(2), 259-274. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.vv-d-15-00066>
- Brown, J., & Chew, D. (2018). Prevalence of Types of Perpetration: Gender and Patterns of Intimate Partner Violence Within a Prison Sample in Singapore. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 27(8), 883-901. <https://doi.org/10.1080/10926771.2017.1410744>

- Bryan, N., Davidov, D., Dick, T., Bassler, J., & Fisher, M. (2019). Intimate Partner Violence Experiences Among Men Living with HIV in Rural Appalachia. *AIDS and Behavior*, 23(11), 3002-3014. <https://doi.org/10.1007/s10461-019-02438-3>
- Camilo, C., & Garrido, M. (2019). A revisão sistemática de literatura em psicologia: Desafios e orientações. *Análise Psicológica XXXVII*, 535-552. <https://doi.org/10.14417/ap.1546>
- Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria do género. *Análise Social*, 43(188), 579–601. <http://www.jstor.org/stable/41012653>
- Código Penal* (2017). (7th ed.). Almedina
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2015). Igualdade de Género em Portugal 2014. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/03/Igualdade-de-G%C3%A9nero-em-Portugal-2014.pdf>
- Conroy, A.A., Leddy, A.M., Darbes, L.A., Neilands, T.B., Mkandawire, J., & Stephenson, R. (2020). Bidirectional Violence Is Associated with Poor Engagement in HIV Care and Treatment in Malawian Couples. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-20. <https://doi.org/10.1177/0886260520959632>
- Costa, D., Hatzidimitriadou, E., Ioannidi-Kapolou, E., Lindert, J., Soares, J., Sundi, Ö., Toth, O., & Barros, H. (2014). Intimate partner violence and health-related quality of life in European men and women: findings from the DOVE study. *Quality of Life Research*, 24(2), 436-471. <https://doi.org/10.1007/s11136-014-0766-9>
- Costa, D., Hatzidimitriadou, E., Ioannidi-Kapolou, E., Lindert, J., Soares, J., & Sundin, Ö., Toth, O., & Barros, H. (2016). Male and female physical intimate partner violence and socio-economic position: A cross-sectional international multicentre study in Europe. *Public Health*, 139, 44-52. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2016.05.001>
- Costa, D., Hatzidimitriadou, E., Ioannidi-Kapolo, E., Lindert, J., Soares, J., & Sundin, Ö., Toth, O., & Barros, H. (2018). The impact of intimate partner violence on forgone healthcare: a population-based, multicentre European study. *European Journal of Public Health*, 29(2), 359-364. <https://doi.org/10.1093/eurpub/cky167>
- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., Ioannidi-Kapolou, E., & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International Journal of Public Health*, 60(4), 467-478. <https://doi.org/10.1007/s00038-015-0663-1>
- Crane, C., Hawes, S., Mandel, D., & Easton, C. (2014). The Occurrence of Female-to-Male Partner Violence Among Male Intimate Partner Violence Offenders Mandated to

- Treatment: A Brief Research Report. *Violence and Victims*, 29(6), 940-951. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.vv-d-12-00136>
- Cronin, P., Ryan, F., & Coughlan, M. (2013). Undertaking a literature review: A step-by-step approach. *British Journal of Nursing*, 17(1), 38-43. <https://doi.org/10.12968/bjon.2008.17.1.28059>
- Crowe, M., Sheppard, L., & Campbell, A. (2011). Comparison of the effects of using the Crowe Critical Appraisal Tool versus informal appraisal in assessing health research: A randomised trial. *International Journal of Evidence-Based Healthcare*, 9, 444-449. <https://doi.org/10.1111/j.1744-1609.2011.00237.x>
- Daigle, L. (2018). *Victimology: The essentials* (2nd ed.). SAGE
- Juan, T., & Madan, L. (2018). Bidirectional Violence among Male and Female University Students: Comparison of Observations and Results between Two Countries. *Masculinities & Social Change*, 7(3), 279. <https://doi.org/10.17583/mcs.2018.3499>
- Fernández-Montalvo, J., López-Goñi, J., Arteaga, A., & Haro, B. (2019). Gender differences in unidirectional and bidirectional intimate partner violence in addictions. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 46(2), 194-202. <https://doi.org/10.1080/00952990.2019.1660886>
- Flanagan, J., Jaquier, V., Gordon, K., Moore, T., & Stuart, G. (2014a). Examining the Prevalence, Bidirectionality, and Co-Occurrence of Sexual Intimate Partner Violence Among Women During Pregnancy and Postpartum. *Partner Abuse*, 5(4), 407-419. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.5.4.407>
- Flanagan, J., Jaquier, V., Overstreet, N., Swan, S.C., & Sullivan, T.P. (2014b). The mediating role of avoidance coping between intimate partner violence (IPV) victimization, mental health, and substance abuse among Women experiencing bidirectional IPV. *Psychiatry Research* 220, 391–396. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psychres.2014.07.065>
- Frankland, A., & Brown, J. (2013). Coercive Control in Same-Sex Intimate Partner Violence. *Journal of Family Violence*, 29(1), 15-22. <https://doi.org/10.1007/s10896-013-9558-1>
- Frías, S. (2017). Challenging the Representation of Intimate Partner Violence in Mexico: Unidirectional, Mutual Violence and the Role of Male Control. *Partner Abuse*, 8(2), 146-167. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.8.2.146>

- Graham, K., Bernards, S., Flynn, A., Tremblay, P., & Wells, S. (2012). Does the Relationship Between Depression and Intimate Partner Aggression Vary by Gender, Victim–Perpetrator Role, and Aggression Severity?. *Violence and Victims*, 27(5), 730-743. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.27.5.730>
- Hellmuth, J. C., Jaquier, V., Swan, S. C., & Sullivan, T. P. (2014). Elucidating posttraumatic stress symptom profiles and their correlates among women experiencing bidirectional intimate partner violence. *Journal of Clinical Psychology*, 70(10), 1008–1021. <https://doi:10.1002/jclp.22100>
- Hines, D.A., & Douglas, E. M. (2010). Intimate terrorism by women towards men: Does it exist? *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 2(3), 35-56. <https://doi:10.5042/jacpr.2010.0335>
- Hines, D.A., & Douglas, E.M. (2018). Influence of intimate terrorism, situational couple violence, and mutual violent control on male victims. *Psychology of Men & Masculinity*, 19(4), 612–623. <https://doi:10.1037/men0000142>
- Hines, D.A., & Douglas, E.M. (2019). An Empirical Test of Johnson’s Typology of Intimate Partner Violence in Two Samples of Men. *Partner Abuse*, 10(2), 180-198. <http://dx.doi.org/10.1891/1946-6560.10.2.180>
- Holmes, S., Johnson, N., Rojas-Ashe, E., Ceroni, T., Fedele, K., & Johnson, D. (2016). Prevalence and Predictors of Bidirectional Violence in Survivors of Intimate Partner Violence Residing at Shelters. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(16), 3492-3515. <https://doi.org/10.1177/0886260516670183>
- Hu, R., Xue, J., Lin, K., Sun, I.Y., & Wang, X. (2019). Bidirectional Intimate Partner Violence Among Chinese Women: Patterns and Risk Factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-27. <https://doi:10.1177/1088620519888523>
- Jennings, W.G., Reingle, J.M., Staras, S.A.S., & Maldonado-Molina, M.M. (2012). Substance use as a risk factor for intimate partner violence overlap: Generational differences among Hispanic young adults. *International Criminal Justice Review*, 22(2), 139–152. <http://doi:10.1177/1057567712442943>
- Johnson, M.P. (1995). Patriarchal Terrorism and Common Couple Violence: Two Forms of Violence against Women. *Journal of Marriage and Family*, 57(2), 283-294. <https://doi.org/10.2307/353683>

- Johnson, M.P. (2006). Conflict and Control: Gender Symmetry and Asymmetry in Domestic Violence. *Violence Against Women*, 12(11), 1003-1018. <https://doi.org/10.1177/1077801206293328>
- Katz, C. C., Courtney, M. E., & Sapiro, B. (2020). Emancipated Foster Youth and Intimate Partner Violence: An Exploration of Risk and Protective Factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(23-24), 5469-5499. <https://doi.org/10.1177/0886260517720735>
- Kubicek, K., McNeeley, M., & Collins, S. (2015). Young Men Who Have Sex With Men's Experiences With Intimate Partner Violence. *Journal of Adolescent Research*, 31(2), 143-175. <https://doi.org/10.1177/0743558415584011>
- Langhinrichsen-Rohling, J., Misra, T. A., Selwyn, C., & Rohling, M. L. (2012). Rates of Bidirectional Versus Unidirectional Intimate Partner Violence Across Samples, Sexual Orientations, and Race/Ethnicities: A Comprehensive Review. *Partner Abuse*, 3(2), 199-230. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.199>
- Laskey, P., Bates, E., & Taylor, J. (2019). A systematic literature review of intimate partner violence victimization: An inclusive review across gender and sexuality. *Aggression and Violent Behavior*, 47, 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.02.014>
- Lewis, R., Padilla, M., Milletich, R., Kelley, M., Winstead, B., Lau-Barraco, C., & Mason, T. (2015). Emotional Distress, Alcohol Use, and Bidirectional Partner Violence Among Lesbian Women. *Violence Against Women*, 21(8), 917-938. <https://doi.org/10.1177/1077801215589375>
- Machado, A., & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: Análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 726-736. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822014000300021>
- Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016a). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(3), 255-264. <https://doi.org/10.1037/men0000013>
- Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2016b). Exploring Help-Seeking Experiences of Male Victims of Female Perpetrators of IPV. *Journal of Family Violence*, 32(5), 513-523. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9853-8>
- Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2019). The prevalence of Bi-Directional intimate partner violence reported by Portuguese men. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 57, 83-90. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcrj.2019.03.002>

- Marcus, R. (2012). Patterns of Intimate Partner Violence in Young Adult Couples: Nonviolent, Unilaterally Violent, and Mutually Violent Couples. *Violence and Victims*, 27(3), 299-314. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.27.3.299>
- Mennicke, A., & Wilke, D. (2015). Predicting Bidirectional Intimate Partner Violence: Demographic and Historical Factors That Influence Initiating Threats or Use of Violence by IPV Victims. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 24(9), 1002-1021. <https://doi.org/10.1080/10926771.2015.1074135>
- Muftić, L.R, Finn, M.A, & Marsh, E.A. (2012). The Victim-Offender Overlap, Intimate Partner Violence, and Sex: Assessing Differences among Victims, Offenders, and Victims-Offenders. *Crime & Delinquency*, 61(7), 899-926. <https://doi.org/10.1177/0011128712453677>
- Norris, A., Decker, M., Weisband, Y., & Hindin, M. (2017). Reciprocal physical intimate partner violence is associated with prevalent STI/HIV among male Tanzanian migrant workers: a cross-sectional study. *Sexually Transmitted Infections*, 93(4), 1-6. <https://doi.org/10.1136/sextrans-2016-052873>
- Palmetto, N., Davidson, L., & Rickert, V. (2013). Predictors of Physical Intimate Partner Violence in the Lives of Young Women: Victimization, Perpetration, and Bidirectional Violence. *Violence and Victims*, 28(1), 103-121. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.28.1.103>
- Petering, R., Rhoades, H., Rice, E., & Yoshioka-Maxwell, A. (2015). Bidirectional Intimate Partner Violence and Drug Use Among Homeless Youth. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(14), 2209-2217. <https://doi.org/10.1177/0886260515593298>
- Renner, L., & Whitney, S. (2012). Risk factors for unidirectional and bidirectional intimate partner violence among young adults. *Child Abuse & Neglect*, 36(1), 40-52. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.07.007>
- Resolução da Assembleia da República nº 4/2013. (2013). Diário da República: I Série, nº 14. <https://dre.pt/application/file/a/257077>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013. (2013). Diário da República: I Série, n.º 253. <https://dre.pt/application/conteudo/483890>
- Richards, T., Tillyer, M., & Wright, E. (2017). Intimate partner violence and the overlap of perpetration and victimization: Considering the influence of physical, sexual, and emotional abuse in childhood. *Child Abuse & Neglect*, 67, 240-248. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.02.037>

- Ridings, L., Beasley, L., Bohora, S., Espeleta, H., & Silovsky, J. (2018). The Role of Social Support on Depression Among Vulnerable Caregivers Reporting Bidirectional Physical Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-23. <https://doi.org/10.1177/0886260518767913>
- Shamseer, L., Moher, D., Clarke, M., Gherzi, D., Liberati, A., Petticrew, M., Shekelle, P., Stewart, L. A., & PRSIMA-P Group. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015: Elaboration and explanation. *BMJ Publishing Group*, 349, 1-25. <https://doi.org/10.1136/bmj.g7647>
- Shneyderman, Y. & Kiely, M. (2013). Intimate partner violence during pregnancy: Victim or perpetrator? Does it make a difference? *BJOG*, 120(11), 1375–1385. <https://doi:10.1111/1471-0528.12357>
- Siddaway, A.P., Wood, A.M., & Hedges, L.V. (2019). How to Do a Systematic Review: A Best Practice Guide for Conducting and Reporting Narrative Reviews, Meta-Analyses, and Meta-Syntheses. *The Annual Review of Psychology*, 70, 9.5-9.6. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803>
- Sirriyeh, R., Lawton, R., Gardner, P., & Armitage, G. (2011). Reviewing studies with diverse designs: The development and evaluation of a new tool. *Journal of Evaluation in Clinical Practice*. <https://doi:10.1111/j.1365-2753.2011.01662.x>
- Smith, S.G., Zhang, X., Basile, K.C., Merrick, M.T., Wang, J., Kresnow, M., & Chen, J. (2018). *The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2015 Data Brief – Updated Release*. Atlanta. <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/2015data-brief508.pdf>
- Sommer, J., Iyican, S., & Babcock, J. (2016). The Relation Between Contempt, Anger, and Intimate Partner Violence: A Dyadic Approach. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(15), 3059-3079. <https://doi.org/10.1177/0886260516665107>
- Stults, C.B., Brandt, S.A., Hale, J.F., Rogers, N., Kreienberg, A., & Griffin, M. (2020). A Qualitative Study of Intimate Partner Violence Among Young Gay and Bisexual Men. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-37. <https://doi.org/10.1177/0886260520936365>
- Suomi, A., Dowling, N.A., Thomas, S., Abbott, M., Bellringer, M., Battersby, M., Koziol-McLain, J., Lavis, T., & Jackson, A.C. (2018). Patterns of Family and Intimate Partner Violence in Problem Gamblers. *Journal of Gambling Studies*, 35(2), 465-484. <https://doi.org/10.1007/s10899-018-9768-9>

- Tillyer, M., & Wright, E. (2013). Intimate Partner Violence and the Victim-Offender Overlap. *Journal of Research In Crime and Delinquency*, 51(1), 29-55. <https://doi.org/10.1177/0022427813484315>
- Trillingsgaard, T.L., Fentz, H.N., Simonsen, M., & Heyman, R.E. (2019). The prevalence of intimate partner violence among couples signing up for universally offered parent preparation. *PLoS ONE* 14(10), e0223824. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0223824>
- Ulloa, E., & Hammett, J. (2014). The Effect of Gender and Perpetrator–Victim Role on Mental Health Outcomes and Risk Behaviors Associated with Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(7), 1184-1207. <https://doi.org/10.1177/0886260514564163>
- Wei, D., Hou, F., Cao, W., Hao, C., Gu, J., Peng, L., & Li, J. (2020). Effects of emotion regulation and perpetrator-victim roles in intimate partner violence on mental health problems among men who have sex with men in China. *Epidemiology and Psychiatric Sciences* 29, 1–9. <https://doi.org/10.1017/S2045796020000712>
- World Health Organization [WHO]. (2021, março 9). *Violence against women*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>
- Wu, E., El-Bassel, N., McVinney, L.D., Hess, L., Fopeano, M.V., Hwang, H.G., Charania, M., & Mansergh, G. (2015). The association between substance use and intimate partner violence within black male same-sex relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(5), 762-781. <https://doi.org/10.1177/0886260514536>

Apêndice

Apêndice 1: Tabela 3 – Avaliação da qualidade dos artigos

Tabela 3 - Avaliação da qualidade dos estudos

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	Resultados	Percentagem	Qualidade
Afifi et al. (2012)	3	3	2	1	2	1	2	2	0	2	-	2	3	-	0	3	26/42	62%	Aceitável
Arteaga et al. (2015)	2	3	2	2	3	2	2	3	3	3	-	2	3	-	0	3	33/42	79%	Elevada
Behnken et al. (2018)	3	0	2	2	3	2	2	1	1	3	-	2	3	-	0	2	26/42	62%	Aceitável
Brown & Chew (2018)	3	3	2	2	1	3	3	2	3	3	-	3	2	-	0	3	33/42	79%	Elevada
Bryan et al. (2019)	3	3	3	2	3	3	3	3	2	3	-	3	3	-	0	3	36/42	86%	Elevada
Conroy et al. (2014)	2	3	3	2	3	3	2	2	1	2	-	3	1	-	0	3	30/42	71%	Aceitável
Costa et al. (2014)	2	2	3	1	3	3	2	2	2	2	-	2	2	-	0	2	28/42	67%	Aceitável
Costa et al. (2015)	2	1	2	2	3	3	2	2	2	2	-	2	2	-	0	3	28/42	67%	Aceitável
Costa et al. (2016)	2	1	3	2	3	3	2	2	2	2	-	2	2	-	0	3	29/42	69%	Aceitável
Costa et al. (2018)	2	2	3	0	1	2	1	3	1	2	-	2	2	-	0	3	24/42	57%	Aceitável
Crane et al. (2018)	3	0	2	1	1	3	3	3	3	2	-	2	1	-	0	2	26/42	62%	Aceitável
Juan & Madan (2018)	2	1	3	2	3	2	1	1	0	1	-	2	2	-	2	2	24/42	57%	Aceitável
Fernández-Montalvo et al. (2019)	2	3	1	2	0	3	2	3	3	2	-	2	1	-	0	3	27/42	64%	Aceitável
Frankland & Brown (2014)	2	3	0	0	1	1	3	1	2	2	-	2	3	-	0	2	22/42	52%	Aceitável
Flanagan et al. (2014 a)	2	3	2	2	2	2	3	1	3	1	-	2	0	-	0	2	25/42	60%	Aceitável
Frías (2017)	2	3	1	3	3	3	3	3	3	2	-	2	0	-	0	2	30/42	71%	Aceitável
Graham et al. (2012)	1	0	1	1	3	1	1	2	0	2	-	2	2	-	0	2	18/42	43%	Baixa
Hines & Douglas (2018)	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	-	3	3	-	0	3	39/42	93%	Elevada
Hines & Douglas (2019)	3	3	3	2	3	3	3	2	3	3	-	3	3	-	0	3	37/42	88%	Elevada
Holmes et al. (2016)	3	2	2	2	2	1	2	2	2	3	-	3	2	-	0	2	28/42	67%	Aceitável
Hu et al. (2019)	3	2	2	3	3	2	3	2	3	3	-	3	2	-	0	2	33/42	79%	Elevada
Kubicek et al. (2016)	3	1	1	0	1	2	2	2	0	3	3	3	3	3	0	2	29/48	60%	Aceitável
Lewis et al. (2015)	3	0	1	1	1	2	2	1	3	2	-	2	3	-	0	2	23/42	55%	Aceitável
Machado et al. (2019)	3	3	2	3	3	2	3	3	3	3	-	3	3	-	0	3	37/42	88%	Elevada
Marcus (2012)	3	0	2	2	2	2	3	2	2	2	-	2	2	-	0	1	25/42	60%	Aceitável
Mutfic et al. (2015)	3	3	3	3	3	3	2	2	3	3	-	3	2	-	0	3	36/42	86%	Elevada
Norris et al. (2017)	2	3	3	3	3	2	2	2	2	2	-	3	3	-	0	2	32/42	76%	Elevada
Petering et al. (2015)	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	-	1	1	-	0	2	8/42	19%	Baixa
Renner & Whitney (2017)	2	1	2	3	3	2	2	1	0	3	-	3	3	-	0	2	27/42	64%	Aceitável
Richards et al. (2017)	2	3	2	3	3	1	2	1	0	3	-	3	3	-	0	1	25/42	60%	Aceitável
Sommer et al. (2016)	2	2	2	3	2	2	2	3	3	3	-	3	2	-	0	3	32/42	76%	Elevada
Stults et al. (2020)	3	3	3	3	3	3	2	3	-	-	3	3	2	-	0	3	34/42	81%	Elevada

Suomi et al. (2018)	2	2	2	2	2	0	3	0	2	2	-	2	2	-	0	2	23/42	55%	Aceitável
Tillyer & Wright (2013)	3	2	2	3	3	2	3	2	2	3	-	3	2	-	0	3	33/42	79%	Elevada
Trillingsgaard et al. (2019)	2	3	3	3	3	2	3	2	2	3	-	3	2	-	0	2	33/42	79%	Elevada
Ulloa & Hammet (2014)	2	3	0	3	3	0	3	3	0	3	-	3	1	-	0	2	26/42	62%	Aceitável
Wei et al. (2020)	2	3	0	3	3	2	2	0	3	3	-	3	2	-	0	1	27/42	64%	Aceitável
Wu et al. (2015)	1	2	2	3	3	2	2	2	0	3	-	3	2	-	0	2	27/42	64%	Aceitável

Nota: Descrição dos itens: 1- Quadro teórico explícito; 2- Exposição de objetivos no corpo principal do artigo; 3- Descrição clara do *setting* de pesquisa; 4- Evidência do tamanho da amostra; 5- Amostra representativa da população-alvo; 6- Descrição do procedimento de recolha de dados; 7- Fundamentação da escolha de instrumentos de recolha de dados; 8- Dados detalhados sobre a recolha de dados; 9- Avaliação estatística de validade e fiabilidade dos instrumentos utilizados (usado apenas em estudos quantitativos); 10- Concordância entre a pergunta de pesquisa e o método de recolha de dados (usado apenas em estudos quantitativos); 11- Concordância entre a pergunta de pesquisa e o formato e conteúdo do instrumento (usado apenas em estudos qualitativos); 12- Concordância entre a pergunta de pesquisa e o método de análise; 13- Justificação da seleção do método analítico; 14- Avaliação da confiabilidade do processo analítico (usado apenas em estudos qualitativos); 15- Evidência do envolvimento no *design*; 16- Forças e limitações discutidas criticamente.